

As representações dos professores primários

Estratégia política e *habitus* professoral

*Rosario S. Genta Lugli**

Este artigo analisa as formas peculiares pelas quais, durante o século XX, os professores primários brasileiros buscaram eleger representantes para cargos eletivos. A intenção de fazer ouvir os seus reclamos em âmbito estatal pela via política choca-se frontalmente com uma forte e generalizada recusa da “vinculação política” das associações docentes. Esse paradoxo foi solucionado por meio de práticas e discursos com relação à profissão que permitem compreender o *habitus* professoral. São analisados os casos de três associações de professores primários: o Centro do Professorado Paulista de São Paulo, a Sociedade Unificadora dos Professores Primários da Bahia e o Centro do Professorado Primário de Pernambuco. Os conceitos estruturantes da análise são de Chartier (representação) e de Bourdieu (campos sociais).

PROFISSÃO DOCENTE; ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES; ENSINO PRIMÁRIO; REPRESENTAÇÃO POLÍTICA; SÉCULO XX.

This text aims to analyze the peculiar strategies that were used during the XXth. Century by teachers' associations to elect representants to the Legislative Assembly. The intention to take vindications to the State by political ways collided with the strong rejection of politics from teachers associations. This paradox was solved by practices and discourses about the profession that allow us to understand the nature of teachers' *habitus*. We analyze the cases of three elementary teachers associations: the Centro do Professorado Paulista from São Paulo, the Sociedade Unificadora dos Professores Primários from Bahia and the Centro do Professorado Primário from Pernambuco. The concepts that structure this text are from Chartier (representation) and Bourdieu (social fields theory). *TEACHERS ASSOCIATIONS; TEACHERS PROFESSIONALIZATION; ELEMENTARY SCHOOL; POLITICAL REPRESENTATION; XXTH. CENTURY.*

* Doutora em educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), professora na Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN) – mestrado em educação. Projeto de pesquisa atualmente em desenvolvimento: A modernização educacional brasileira e as tecnologias de ensino (1940-1970).

A eleição de professores para cargos representativos em âmbito estatal registra-se desde os primeiros momentos do período republicano brasileiro. Os mesmos professores que deram origem à Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo em 1902 (uma das primeiras associações docentes de que se tem notícia no Brasil) – Arthur Breves e Gabriel Prestes, haviam, na década de 1890, participado em instâncias representativas (Vicentini, 1997; Catani, 1989). No entanto, o fato de que esses homens fossem professores tinha sido, de algum modo, acidental para suas eleições, sendo mais relevantes os vínculos no campo político e no âmbito estatal. Somente quatro décadas mais tarde surgiriam candidaturas nas quais o pertencimento à categoria profissional funcionaria como elemento principal para articular as qualidades de cada candidato professor. É esse tipo de candidatura vinculada ao “modo de ser professor” o objeto deste artigo – em geral promovida por associações docentes que visavam eleger “representantes do professor” como forma de se fazerem ouvir mais eficientemente junto aos poderes públicos no que se referia às questões educacionais. Tais representantes seriam porta-vozes das posições da associação no Legislativo e, conseqüentemente, a expressão da legítima vontade dos professores quanto aos rumos educacionais.

A viabilidade concreta de tais candidaturas “docentes” foi dada a partir de 1932, com a aprovação do Código Eleitoral que concedia às mulheres o direito de voto e o instituía como secreto e obrigatório. Já nesse momento a categoria era de composição majoritariamente feminina, o que permite imaginar o potencial da medida junto aos professores, ao que se aliou a possibilidade de emancipação da influência dos líderes políticos locais pelo segredo de voto. Além disso, temos a existência de uma política de Estado que estimulava enormemente a sindicalização oficial, por meio da criação da categoria de “representação profissional” nas instâncias legislativas, o que é assinalado por Costa (1986), tendo em vista que somente as associações registradas no Ministério do Trabalho poderiam propor representantes para a eleição.

O Centro do Professorado Paulista (CPP), associação de professores primários fundada em 1931, inicia sua participação no processo político de um modo bastante peculiar, tendo em vista que rejeitava expli-

citamente qualquer vínculo político-partidário para dar ênfase aos aspectos práticos de tal representação, como se verá adiante. Esse mesmo obscurecimento dos vínculos partidários repete-se, a partir de 1955, para o caso do Centro do Professorado Primário Pernambucano (CPPP, fundado em 1951) como também para o processo que se analisa no caso baiano (Sociedade Unificadora dos Professores Primários – SUPP) para a década de 1950. Nos dois primeiros casos, constrói-se um discurso nos periódicos oficiais das associações que possui ao mesmo tempo um caráter de propaganda de seus candidatos e de educação do “eleitorado professor”, no sentido de fazer compreender as vantagens de votar nos candidatos patrocinados pelas entidades docentes. Para o terceiro caso, o baiano, a documentação disponível é de caráter mais “interno” (atas de reuniões de diretoria), permitindo visualizar elementos diferenciados, como podem ser as disputas internas à associação e as dificuldades concretas com as quais um candidato dessas características se deparava.

Os periódicos oficiais das entidades possuíam um público leitor cativo, visto que eram distribuídos gratuitamente aos sócios e, nesse sentido, a *Revista do Professor* (1934-1965), *O professor* (1964-1975) e o *Jornal dos Professores* (1975 – em publicação), do CPP e o *Jornal dos Professores* (1955-1958) do CPPP constituem fontes privilegiadas para compreender de que formas as representações desses grupos profissionais sobre o próprio trabalho se expressavam nesse cruzamento com o campo político. A idéia de representação, tal como pode ser analisada nos discursos vinculados a essas candidaturas, remete ao conceito formulado por Chartier (1990), que permite identificar vários significados do termo que se realizam nos documentos examinados: o da representação frente ao poder público e o da representação construída pela categoria a respeito de seu próprio trabalho, já que o processo eleitoral, por meio da propaganda, coloca em jogo as imagens partilhadas pelo grupo profissional sobre sua condição de professores para a eleição de um agente que represente também (e aqui num terceiro sentido) o modelo ideal da docência. No entanto, deve-se observar que nem todas as candidaturas de professores anunciadas nos periódicos analisados apresentam essas características: encontram-se muitas vezes anúncios de candidatos professores aos quais não se concede muito

espaço, bastando apresentar seus nomes aos potenciais eleitores. O espaço concedido aos candidatos professores nos periódicos, ao seguir uma lógica que buscava a representação mais fiel possível dos docentes por intermédio das associações, privilegiava os candidatos com maior expressão nas instâncias da própria entidade – inclusive como uma certa garantia de controle da atuação do futuro deputado. Como característica comum a absolutamente todos os anúncios, temos a omissão dos partidos políticos, que se vincula à intenção de permanecer “politicamente neutros”, expressa nos estatutos redigidos quando da criação das entidades analisadas. Ora, tal “neutralidade” política, ante atuações que necessariamente implicavam posicionamento quanto a políticas de estado no campo educacional, revela-se, na prática, impossível, e termina por se realizar apenas como um distanciamento de legendas partidárias, visto como um meio de afastar os “políticos profissionais” das decisões educativas, numa tentativa de delimitar o espaço do campo profissional tornando-o âmbito exclusivo das decisões técnicas dos educadores.

Os primeiros investimentos eleitorais

O projeto de eleger representantes da categoria para o legislativo tardou alguns anos em concretizar-se para o caso do CPP – mesmo sendo apresentados como meios para que o magistério conquistasse “os direitos condizentes com a importância de sua missão” (Vicentini, 1997, p. 85), os candidatos apoiados pela entidade em seus anos iniciais não foram eleitos. A novidade de tal iniciativa, nos termos em que era proposta, pode ser considerada uma das causas de seu malogro – uma série de artigos com o fim de “educar” o eleitorado aparece na *Revista do Professor*, recomendando aos docentes que se alistassem para votar e eleger os candidatos da categoria junto a explicações de porque seria vantajoso para os professores fazê-lo. Os líderes da entidade já nesse momento consideravam o grande número de integrantes do magistério como uma potencial “força eleitoral” que, sob a orientação do CPP, elegeria representantes para facilitar o encaminhamento das reivindicações

dos professores junto aos poderes públicos. É o que se expressa claramente neste artigo publicado em 1936:

Oxalá pudesse o magistério compreender a vantagem da união, para ter seus representantes diretos na Câmara dos Deputados. Todas as pretensões justas teriam o seu advogado persistente e acabariam vencendo. Venceriam mesmo com facilidade. A dura realidade é que, numa classe com mais de 12.000 elementos, não há um representante do professor na Câmara cujos deputados [da categoria] não obtiveram a metade dos sufrágios que poderiam dar os professores [Santos apud Vicentini, 1997, p. 88].

Somente em 1947 um associado do CPP, Henrique Ricchetti, foi eleito para a Assembléia Legislativa, atuando como intermediário da associação nessa instância. Desse momento em diante o CPP conseguiu eleger candidatos em todas as eleições estaduais – em 1950, o presidente da entidade, Arnaldo Laurindo, foi eleito por meio de um movimento de associações docentes conhecido como Liga Eleitoral do Professorado, em 1955 o seguinte presidente da entidade, Joaquim Silvério dos Reis, assumiu uma vaga como deputado estadual, pois constava como suplente e em 1958 o também presidente Sólton Borges dos Reis foi eleito deputado estadual pela primeira vez, fato este que marca uma mudança significativa no discurso da entidade com relação à política.

Tendo em vista essa trajetória do CPP, deve-se analisar primeiramente a Liga Eleitoral do Professorado, movimento que reuniu todas as associações docentes paulistas com o fim de evitar “a dispersão do considerável contingente de votos dos professores, em favor de candidatos estranhos aos reais problemas da educação e do magistério”. Tais associações eram a União dos Professores Primários, Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APESNOESP), Associação dos Docentes do Ensino Industrial e Agrícola, a Associação dos Professores de Educação Física, a Liga do Professorado Católico e o sindicato dos Professores do Ensino Particular. O Manifesto da Liga, transcrito por Vicentini (1997), permite apreender muito claramente aquilo que o conjunto dos professores paulistas pretendia alcançar por meio da participação política, uma vez que se propunha a

apoiar os professores candidatos a cargos eletivos que se comprometessem com o seu programa, a saber:

- a) o cumprimento das disposições constitucionais relativas à aplicação de percentagens de impostos na ampliação e melhoria dos serviços de educação
- b) respeito à personalidade humana, à liberdade de pensamento e de cátedra e aos princípios democráticos e cristãos da Constituição brasileira;
- c) revigoramento do primado do interesse da criança e da juventude que estuda, na solução dos problemas do ensino e do magistério;
- d) necessidade de consulta direta à classe, através de suas entidades regularmente organizadas no estudo e solução dos problemas educacionais e do magistério;
- e) consolidação das leis e regulamentos relativos aos concursos de ingresso, remoção e promoção do magistério público estadual e municipal atendendo aos resultados da experiência e aproveitando as sugestões indicadas pelas entidades das classes interessadas, resguardando sempre [...] o interesse superior da educação;
- f) adoção de medidas que assegurem [...] a dignidade da profissão do professor, afastando qualquer possibilidade de interferência política na vida do magistério
- g) adoção de medidas práticas imediatas que objetivem proporcionar situação econômica condigna aos professores e funcionários técnicos e administrativos de todos os graus de ensino;
- h) elaboração de leis que assegurem medidas de proteção aos professores e suas famílias, principalmente as que se relacionam com a assistência social, cultural e financeira, inclusive facilidade para a educação dos filhos;
- i) amparo às entidades de classe do professorado para a realização de seus fins;
- j) adoção de medidas que visem estimular e amparar a iniciativa particular na manutenção de ensino de todos os graus;
- k) colaboração e apoio ao magistério particular na luta pelas suas justas reivindicações

Observa-se, nesses itens, uma clara intenção de fazer ouvir as associações como representantes do magistério nos processos de estru-

turação da carreira e de constituição de políticas educacionais – o intuito de estabelecer limites e condições para a participação no campo educacional é claro: os concursos, a tentativa de excluir a interferência política no campo. Esses professores pretendiam utilizar a política para, entre outras coisas, afastar os políticos profissionais do trato dos problemas educacionais, que deveria ser predominantemente técnico. Pode-se dizer que esse fenômeno se encontra na conjunção de dois processos: a ampliação dos limites do campo político brasileiro (pela extensão do direito de voto) e a definição das fronteiras do campo educacional.

No que se refere a esse último, pode-se assinalar os primeiros momentos da construção de um discurso profissional relativo às reivindicações salariais (ou melhor, de imagens e *slogans*) que seria dominante nas décadas seguintes, até meados dos anos de 1970, com o surgimento do “sindicalismo renovador”. O reclamo financeiro é um dos eixos fundamentais do movimento dos professores e, como visto anteriormente, já aparece na iniciativa da Liga do Professorado, numa aproximação do discurso que as associações tradicionais do magistério primário farão posteriormente e com maior ênfase, mas sempre apontando em primeiro lugar para a melhoria das condições do ensino e para o bem-estar dos alunos. Os reclamos que são, em última instância, salariais, não se apresentam como tais, dado que a imagem de “sacerdotes do saber” dos professores não permitiria a admissão de interesses próprios, especialmente materiais. O discurso articula-se então, sempre em função de interesses maiores, como o futuro dos alunos, o progresso do país e os destinos da humanidade – esses interesses “desinteressados” com relação ao aspecto econômico terminam por servir aos propósitos concretos dos professores, uma vez que seu financiamento adequado permite dar suficiente dignidade ao papel que eles se atribuem no grande sistema de humanização e progresso do qual se consideram parte. Esse “desinteresse” não é fruto de uma estratégia consciente do grupo, pensada em termos, por assim dizer, “publicitários” para alcançar seus objetivos, e sim uma das múltiplas expressões do *habitus* professoral, ou seja, das estruturas de percepção e ação próprias desse grupo profissional. Nesse sentido, essas representações sobre

a função do próprio trabalho atendem a uma necessidade de conferir significado às práticas cotidianas, servindo em nível coletivo à coesão do grupo profissional e é por essa razão que o reclamo salarial se apresenta de forma tão indireta.

Deve-se observar que não se trata aqui de revelar a “má-fé” dos professores, no sentido de que eles visam ao aumento salarial e, tortuosamente, clamam por melhor qualidade de ensino somente para atingir esse objetivo. A relação que se pretende fazer ver aqui entre discurso e consciência dos agentes (por dedução, nesse caso) encontra-se mediatizada pelo “*habitus* professoral” e, portanto, não se refere a uma construção plenamente consciente do discurso sobre a profissão, mas a “esquemas de percepção incorporados” que justamente por seu papel estruturador do pensamento e das práticas são percebidos pelos agentes como idéias “naturais”, ou seja, a atividade do professor não poderia ser pensada de outra forma. É essa “naturalidade” das idéias a respeito da atividade docente em cada agente que possibilita a crença, a convicção a respeito das imagens escolhidas e, portanto, garante a boa-fé dos agentes quando formulam esse discurso que não é mais do que a expressão de um “desinteresse interessado”.

Essa forma “desinteressada” de relacionar-se com as necessidades salariais é muito próxima ao modo pelo qual essas associações de professores se vinculam com a política e, dessa forma, compreende-se que a Liga do Professorado fosse concebida como um movimento apartidário, que se limitaria a fazer propaganda do conjunto de seus candidatos na imprensa, sem mencionar legendas partidárias ou dar destaque a algum candidato, além de providenciar fiscalização nas zonas eleitorais para garantir a idoneidade das eleições. De forma coerente, a *Revista do Professor* não noticiou essa iniciativa das entidades docentes, e tampouco destacou a eleição de seu presidente, Arnaldo Laurindo, nem a sua atuação como deputado. O periódico do CPP praticamente não se refere ao processo eleitoral ou à atuação dos candidatos professores, situação que vai ser modificada a partir da eleição de Sólon Borges dos Reis para deputado estadual em 1958.

A política sem a política – a deputada e a associação

O caso pernambucano é, dentre os examinados, aquele que apresenta o tipo de relação mais explícita com a política desde o início do funcionamento da associação, pois a presidente do Centro do Professorado Primário de Pernambuco foi eleita deputada estadual antes mesmo do registro oficial da entidade em 1955, marco do início de suas atividades, o que sugere ter a inserção política de Maria Elisa Viegas possibilitado as condições para que o CPPP começasse a funcionar. Existe, portanto, uma inversão dos fatores analisados até o momento – não é uma candidatura de professora promovida pela associação docente de que se fala num primeiro momento. No entanto, também desde o início da história do CPPP se observa uma intenção semelhante à das demais entidades para tomar distância do campo político. Desse modo, encontramos nos estatutos originais do CPPP, publicados nos números 2 e 3 do *Jornal do Professor*, que o Centro é por princípio “alheio a competições ideológicas, político-partidárias e religiosas” (art. 2.). A mesma deputada, filiada ao Partido Democrata Cristão (PDC), dizia-se avessa à política partidária, como consta do seu agradecimento ao professorado que a elegeu, publicado originalmente na *Folha da Manhã* de 27 de janeiro de 1955 e reproduzido na primeira página do exemplar n. 1 do *Jornal do Professor*, periódico oficial do CPPP:

Afastada da política partidária por temperamento, quase avessa às cogitações políticas, foi a fé em melhores dias para a instrução primária de nossa terra, melhor compreensão e maior justiça para as mestras dos pequeninos, que nos fez encaminhar para o campo da peleja, confiada e segura nas colegas fiéis, que nos acompanharam na investida – difícil e decisiva [p. 1].

Observa-se aqui a estrutura da argumentação própria aos discursos de professores que justificam as iniciativas tomadas em defesa de seus direitos. O interesse da categoria por melhores salários aparece como “egoísta” e “interesseiro” ante as características sacerdotais do *habitus* professoral, revelado em inúmeras imagens de religiosidade, do profes-

sor como iluminador das almas infantis, formador de caracteres, responsável pelo progresso da nação e de seus cidadãos. A imagem de Maria Elisa Viegas não escapa a esse quadro, embora sua vinculação com a política não seja eludida. Nas páginas do *Jornal do Professor pernambucano*, encontram-se relatos de sua atuação na Assembléia Legislativa, discursos e alguns textos comemorativos de sua autoria, que podem ser considerados formas de propaganda, diferentemente do silêncio quanto à representação política que se observa na *Revista do Professor* de São Paulo. No entanto, trata-se de uma propaganda discreta e, nesse aspecto, também se diferencia consideravelmente do discurso construído no periódico oficial do CPP a propósito de Sólon Borges dos Reis – não se encontra a exaltação da figura de Maria Elisa Viegas como a grande líder do professorado, sendo que sua formação e trajetória raramente são mencionadas e tampouco suas qualidades pessoais. A própria deputada qualificou a sua atuação no Legislativo Estadual como discreta, “sem demagogia ou sensacionalismo”, tendo realizado um “trabalho silencioso”. Espelhando essa austeridade nos adjetivos que descrevem Maria Elisa, a imagem fotográfica também se apresenta sóbria: apenas o mesmo retrato do rosto da deputada que se repete em diferentes tamanhos (o que coaduna com a pobreza de imagens geral do periódico, em cujo conteúdo predomina o texto). Tal sobriedade na descrição da figura da presidente da associação também aparece em sua propaganda política para a reeleição ao cargo de deputada – a partir de março de 1958 (n. 33), o tema é apresentado com grande destaque nas páginas do *Jornal do Professor pernambucano*; no entanto, fala-se pouco das qualidades pessoais diferenciadoras de Maria Elisa, dando lugar às características profissionais que a identificariam com seus eleitores. Desse modo, sua propaganda política utilizava-se de procedimentos “simples e discretos, inteligentes e dignos que já pôs em prática [na campanha anterior] e condizem bem com seu perfil de educadora” (“Professoras! Às urnas em 3 de outubro!”, *Jornal do Professor*, n. 34, jun/58, p. 1.). Trata-se aqui da modéstia própria da representação da professora, que de algum modo a prejudica para o exercício da função legislativa, dado que capitalizar suas iniciativas, isto é, dar publicidade a seus “grandes feitos” é fundamental para sua reeleição.

A ausência, no periódico, das qualidades pessoais extraordinárias de que Maria Elisa seria dotada (seu capital social, cultural ou específico do campo) era compensada na argumentação da campanha pelo caráter utilitário que poderia ter a presença de uma professora na Assembleia Legislativa: ela atuaria pelas professoras primárias (aparentemente suas eleitoras) e, desse modo, serviria também à infância. Também ressaltava o fato de que Maria Elisa era a única mulher a ocupar assento no Legislativo Estadual: um grande anúncio na primeira página do número 36 (ago.-set./58) utiliza esse fato, dizendo ao lado de uma foto de Maria Elisa Viegas: “Votar em Maria Elisa Viegas de Medeiros é contribuir para a defesa dos direitos da Mulher através da palavra e da ação da própria MULHER”. Utilizou-se, além desses temas, a atuação da deputada durante seu primeiro mandato, ressaltando-se como mais relevante sua bem-sucedida campanha para que o governo do Estado construísse um novo edifício para o Instituto de Educação de Pernambuco, tradicional instância de formação docente. Também se deu destaque à sua participação na Comissão de Finanças quando da reestruturação de cargos do funcionalismo estadual – o que implicou uma grande campanha salarial por parte das entidades sindicais, uma vez que se poderia estabelecer uma escala mais ou menos favorável aos interesses das diversas categorias de funcionários. Aparentemente a atuação de Maria Elisa gerou alguma polêmica, dado que ela se disse “incompreendida” e, em seu discurso na Câmara, deu-se ao trabalho de ressaltar a dificuldade que encontrou para manter a imparcialidade, dado que era, naquele momento, presidente da Associação Pernambucana dos Servidores do Estado (APSE). Aparentemente em função dessas circunstâncias, a reeleição de Maria Elisa para o cargo de deputada estadual encontrava-se ameaçada, o que justificou o artigo “Professoras! Às urnas em 3 de outubro!” na primeira página do *Jornal do Professor* de junho de 1958 (n. 34). Tal artigo propunha uma estratégia para os votos das sócias do CPPP, propondo que cada votante de Maria Elisa conseguisse mais dois votos entre os professores: “temos o dever moral de alerta, de garantir a substituição a esses possíveis desvios de votos de colegas inexperientes, tímidas ou mal-avisadas [...]” (p. 1). A proposta não surtiu o efeito esperado, uma vez que a presidente do CPPP não foi reeleita em 1959, tendo

retomado seu cargo como diretora técnica do ensino primário, na Secretaria Estadual da Educação.

Essas qualidades de modéstia e sobriedade no trato da figura pública de Maria Elisa Viegas de Medeiros contrastam com a hierarquia de sua posição no campo educacional, já que essa professora foi a “grande líder” do CPPP e ocupou cargos relevantes na Confederação dos Professores Primários do Brasil, entidade que pretendia coordenar um movimento docente em nível nacional. Modéstia similar aparece no caso da líder do professorado baiano, tornando tortuosos os mecanismos de disputa e indicação dos candidatos da Sociedade Unificadora do Professorado Primário nas assembleias – aparentemente, seria imperdoável para a quase candidata falar abertamente de sua disposição para liderar o movimento docente, o que a aproximaria de uma imagem política e, portanto, a faria menos exemplar como professora. Identifica-se, portanto, uma tensão fundamental entre a modéstia da professora (pois somente alguém exemplar poderia representar a categoria) e a propaganda de si própria que é uma das estratégias fundamentais para a ação no campo político¹.

Os limites que o *habitus* professoral impõe às ambições políticas

A documentação disponível para a associação baiana de professores permite identificar as formas pelas quais a dificuldade com relação aos valores do campo político são solucionadas, evidenciando uma lógica (*schème*) que é comum às entidades analisadas, embora as estratégias se diferenciem em função das condições objetivas de cada estado. Verifica-se aqui uma relação peculiar, na qual se procura eleger uma professora exemplar para a representação pública da categoria profissional,

1. Ver, a respeito dessas relações entre representação e exemplaridade (no sentido moral, Bourdieu, 1990. Para mais informações sobre o movimento docente brasileiro, ver Lugli, 1997.

em termos de uma imagem social que a associação se encarrega tanto de defender junto ao público externo ao campo educacional como de cultivar e perpetuar entre os professores. Ora, como já se assinalou, a modéstia e a abnegação são virtudes exemplares para as mestras que entram em forte contradição com a necessidade de exposição, publicidade e auto-elogio de uma candidatura política. Uma grande dificuldade coloca-se de saída: como pretender ganhar legitimidade suficiente para ser votada como representante do magistério se a mesma pretensão de ser eleita (o interesse) desmente o desinteresse que é uma das marcas fundamentais da mestra e, portanto, torna-a indigna de representar o grupo profissional?

As atas das reuniões de diretoria e assembléias da Sociedade Unificadora do Professorado Primário (SUPP) permitem visualizar as soluções que se encontravam para essas dificuldades na prática, por meio da discussão das propostas de candidaturas para o legislativo estadual. Como nas demais associações, os principais “candidatos a candidato” surgem da cúpula dirigente – no caso baiano tratou-se da presidente da entidade, Raydalva Bittencourt, que duas vezes procurou obter o respaldo da SUPP. Como professora digna de representar a categoria, desinteressadamente devotada ao magistério, Raydalva não se apresenta – sua candidatura é proposta por suas colegas. Na primeira vez em que isso ocorre, a situação parece cuidadosamente preparada por ela (que então era a presidente da entidade) para que seu nome surgisse “espontaneamente” ante a questão “é possível que haja um candidato da categoria para as eleições?”. O conflito estabelece-se quando surge imprevisivelmente, ao lado de Raydalva, o nome de Hugo da Silveira, que era sócio da entidade e tinha se candidatado a deputado estadual – a proposta era que a entidade o apoiasse como seu “candidato oficial”. Ora, os argumentos que o grupo a favor de Raydalva apresenta em defesa de sua candidatura explicitam questões fundamentais ligadas à representação da profissão.

O primeiro argumento é o relativo ao gênero – Hugo da Silveira não representaria devidamente o grupo profissional (no sentido de aparecer como um exemplo do mesmo) pelo fato de ser homem. Dois professores então intervieram, opondo-se a esse argumento, sendo finalmente pro-

posto o apoio da entidade a dois candidatos – um do sexo masculino e outro do sexo feminino. Com a intenção de evitar a possível dispersão de votos que essa iniciativa acarretaria, o argumento que se apresenta para desqualificar Hugo da Silveira é o de que ele “seria um candidato político, conseqüentemente comprometido com o seu partido”, sendo necessário que o candidato da categoria fosse “apolítico”. A rejeição a uma vinculação política explícita da entidade era tamanha que se chegou a declarar que o partido político ao qual o possível candidato da categoria se filiaria era uma questão a ser resolvida isoladamente pelo mesmo.

A contradição nos termos não passou despercebida à assembléia, dado que se qualificou a exigência de “apoliticismo” [sic] do candidato a ser apoiado pela entidade como “impossível” e “pouco prática”. A questão resolveu-se por meio do estabelecimento do princípio de que os candidatos da categoria profissional deveriam priorizar os seus compromissos com os colegas de trabalho aos compromissos com o partido político a que pertencessem. A característica rejeição às formas políticas tradicionais volta a fazer-se presente ainda nessa reunião ante a observação da professora Denise Tavares de que o grupo presente era uma minoria diante do total do professorado e que, portanto, a possibilidade de discussão de uma decisão tão importante como a da participação política da categoria deveria ter sido explicitada pela entidade na convocatória da reunião, o que levaria um maior número de professores a participar da discussão. As respostas são reveladoras, em primeiro lugar sobre as formas habituais de funcionamento da SUPP, quando duas associadas próximas à diretoria esclarecem que todas as decisões importantes sempre tinham sido tomadas por uma minoria, dado que era impossível contar com a presença massiva das professoras para tomar decisões. Em segundo lugar, a desconfiança com relação aos políticos aparece no esclarecimento de Raydalva: segundo ela, a ausência do tema “participação política” da convocatória foi o resultado do receio da diretoria de que uma maior divulgação do tema “chamasse a atenção dos candidatos demagogos, que tendo conhecimento da reunião, ali estariam naquele instante, confundindo os professores e interceptando a seleção que ora se fazia através de argumentos francos”. Ao final desse encontro discutiu-se ainda possíveis sanções ao candidato da categoria

que não honrasse os compromissos assumidos com os professores depois de eleito: a maior, senão única sanção proposta, era a denúncia da “traição à classe” perante a opinião pública.

No que se refere à seleção do candidato a ser apoiado pela SUPP, esta não poderia se basear somente num argumento de gênero e no distanciamento com relação à política partidária. Uma explicitação positiva das qualidades deveria ser feita, como apresentação dos critérios que justificavam a escolha – e assim registrou-se na ata da reunião que a entidade deveria apoiar alguém “que se interessasse pelo professor do interior, que tenha espírito de sacrifício; que fosse Supeano; que tivesse serviços prestados à classe; que tivesse serenidade e firmeza e que fosse professor primário em exercício” (Ata Diretoria, 17 de fev. de 1954). O nome de Raydalva V. Bittencourt então é finalmente apresentado como uma possível candidata pelos professores, qualificada como uma “supeana que preenchia os requisitos exigidos para a ocupação de tão alto cargo”. Votam-se em seguida os dois nomes discutidos nesse encontro e Raydalva obtém grande maioria, o que era de se prever, dada a forma como tinha sido conduzido o debate.

Raydalva era adequada como candidata dos professores não só pelas características que lhe atribuíam, como pelo fato de que era nesse momento presidente da entidade pela segunda vez consecutiva e dera início a um período de crescimento significativo da mesma. Pode-se dizer que ela foi a “grande líder” da entidade, sendo a única eleita para dirigi-la mais de uma vez. Era uma liderança discreta, no entanto: sua principal estratégia de campanha era que cada professora partidária de sua candidatura convencesse outra a votar nela: “gostaria de ter um cabo eleitoral em cada escola. Esse cabo eleitoral terá de, depois de determinado tempo, dizer-lhe quantos votos supõe lhe sejam dados naquela escola; isso fora a capital e o subúrbio. Esclarece que para ser eleita precisa, no mínimo, de 3000 votos.” (4 de abr. de 1954). O complemento dessa “propaganda boca-a-boca” foram visitas a quantas cidades do interior fosse possível, o que se revelou insuficiente para eleger Raydalva, que teve apenas 2.758 votos, entre capital e interior – evidentemente, em plena campanha pelo aumento salarial não lhe era possível dedicar-se a essas atividades com a intensidade necessária, tendo visitado ape-

nas 39 dos 173 municípios existentes. Essa foi uma das explicações encontradas para a derrota da candidata – algumas professoras do interior mencionavam que ou ela havia visitado seus municípios tarde demais ou não tinha estado nos mesmos: “a representante de Barra disse que o motivo da pouca votação nesse município foram: a SUPP não ser conhecida, desunião do professorado e compromissos assumidos anteriormente” (14 de fev. de 1955). Os compromissos das professoras do interior com as lideranças políticas locais são explicitados ainda uma vez, ao qualificar a campanha de Raydalva como

sui generis, sem cambalachos políticos, daí ter se tornado difícil, porém o fator preponderante pelo qual a Sra. Presidente não foi eleita é a falta de espírito classista, que o professorado ainda não tem. Em aparte diz a Profa. Maria de Lourdes que o professorado do interior vivia dependendo devido especialmente ao baixo ordenado [14 de fev. de 1955].

Pode-se dizer que o não-pertencimento ao campo político, que implicou a utilização de estratégias “*sui generis*”, bem como a “falta de espírito classista” e “a incompreensão do professorado”, que seguramente se vincularam aos débeis resultados da campanha salarial daquele ano, terminaram por levar à derrota da candidatura da SUPP ao Legislativo Estadual.

Três anos depois desse fracasso eleitoral, em 1958, novamente a questão do apoio da SUPP a um candidato a deputado estadual foi apresentada na assembléia anual – trata-se aqui mais claramente que em outras situações, desse possível representante no Legislativo Estadual como um representante da entidade antes que dos professores ou do interesse público em geral, numa forma muito próxima à proposta originalmente formulada pelo CPP em 1932. A diretoria da SUPP procurou postergar essa questão, alegando que seu mandato terminava e que essas decisões correspondiam à próxima presidente a ser eleita. A Assembléia contestou essa decisão, inclusive porque a presença de associados do interior, que somente ocorria nessa ocasião, anualmente, dava maior representatividade às decisões tomadas. No correr da discussão, o impasse entre a diretoria e os associados se esclareceu: a primeira não

queria apresentar a candidatura de Raydalva Bittencourt para deputada estadual pela associação e tampouco aceitava que a assembléia impusesse e votasse o tema autonomamente, ameaçando com demissão coletiva, o que talvez significasse o fim da entidade. A solução ao impasse foi proporcionada por Raydalva em seguida:

A profa. Raydalva pediu a palavra e com ardor defendeu a causa da Assembléia que deseja se apresente um candidato da classe às próximas eleições; que é esse um problema de responsabilidade coletiva e não apenas da diretoria; que já esperou muito tendo o assunto sido preterido pela Presidente na ocasião em que foi apresentado, com grande surpresa sua. O tempo urge; um mês, um dia é tempo perdido para a vitória e, ante a atitude da Diretoria, retiro a minha pretensão a candidata da classe [Assembléia Geral, 26 de fev. de 1958].

A retirada de Raydalva acalmou os ânimos da diretoria, que permitiu que se continuasse a discutir o assunto, sendo mencionado que um deputado da SUPP agilizaria os trâmites do aumento salarial, que era objeto de “descaso” dos deputados. Aparentemente a SUPP terminou não indicando candidato no ano de 1958 e Raydalva participou da eleição pela União Democrática Nacional (UDN) de forma independente, tornando a obter baixa votação.

Contrasta singularmente com essa história de fracassos eleitorais a trajetória de Sólon Borges dos Reis, líder de longa data do CPP, que conseguiu conciliar a publicidade necessária à participação no campo político com a construção de uma imagem exemplar, o que lhe garantiu sucessivas reeleições, tanto para a presidência da entidade como para cargos representativos nos legislativos estadual e federal.

O grande líder do Centro do Professorado Paulista – um modelo bem sucedido de representação

Sólon Borges dos Reis constituiu a grande liderança do CPP, apresentando uma imagem bastante original que, desde o início, vincula o comando da entidade ao processo político-partidário, constituindo um

eleitorado fiel com os professores associados à entidade. O sucesso das estratégias eleitorais do presidente do CPP explica-se, em parte, pela caracterização da figura de Sólon Borges dos Reis apresentada no periódico oficial da entidade e, de outra parte, pelo grande crescimento do número de sócios, que eram atraídos pela estrutura de lazer e assistência que a entidade oferecia crescentemente durante sua gestão.

A imagem veiculada constantemente pelo jornal do CPP expressa os valores ideais com relação à docência, articulando-os de modo que exercesse um duplo efeito de representação: o grupo de professores reconhece-se nessa imagem², o que leva à sua reafirmação e perpetuação. Pode-se recuperar, dessa forma, elementos significativos do *habitus* professoral, que permitem compreender as estratégias associativas e reivindicatórias docentes num sentido que transcende tanto as convicções filosóficas quanto o cálculo político.

Sólon Borges dos Reis é caracterizado pelo periódico como um líder que conjuga um sem-número de qualidades morais e intelectuais, o que o leva a ser respaldado pela massa de professores nas manifestações públicas que ele convoca a partir de seu ingresso na presidência da entidade. A massa que o respalda está fartamente documentada nas fotografias das passeatas de professores à Assembléia Legislativa ou ao Palácio de Governo para pedir melhores salários. Essa cobertura fotográfica das atividades de Sólon intensifica-se e ganha dinamismo com a mudança do formato do periódico do CPP, que passa a ser jornal a partir de 1964. Esse não constitui o começo das iniciativas publicitárias do CPP – a *Revista do Professor* vinha sendo utilizada como veículo de propaganda desde 1957, quando Sólon Borges dos Reis assumiu a presidência da entidade –, mas em 1958, ano da sua primeira eleição para deputado estadual, a superexposição de sua imagem é notável, o que se alia à ampliação do número de edições e de exemplares da revista, para acompanhar o aumento do número de associados do Centro. A partir de 1960 Sólon passa a utilizar esse veículo de propaganda com maior frequência, sendo que um dos elementos fundamentais de sua imagem pública

2. A imagem profissional dos professores passava por mudanças significativas nesse período. A respeito, ver Lugli, 1997 e Vicentini, 2002.

já se fazia presente, a saber – o conhecimento prático dos problemas do ensino e das dificuldades do professor, que só a sua experiência lhe poderia dar e que era um diferencial significativo para sua atuação no legislativo:

Deputado trabalhador, ardoroso e inteligente, Sólón Borges tem demonstrado que é capaz de realizar muita coisa em favor da grande classe oprimida que é o professorado paulista. Precisávamos desse arrojado e corajoso representante. Que fosse da classe também e conhecesse, de perto, os magnos problemas do ensino. Que conhecesse as amarguras do mestre escola, a sua luta e sacrifício para conseguir certas insignificâncias e a abnegação de que é portador [Reis apud Vicentini, 1997].

Paula Vicentini (1997) analisa em detalhe o impacto da primeira gestão do presidente do CPP no periódico da entidade, descrevendo uma forma de propaganda que dificilmente explicitava o seu caráter político:

No período que antecedeu as eleições de 1962, sobressaiu-se a intensa divulgação das atividades de Sólón Borges dos Reis como Secretário da Educação no governo de Carvalho Pinto desde maio de 1962, com especial destaque para a lei que concedeu um aumento salarial ao magistério, sancionada no dia de sua posse. Foi possível notar novamente uma grande exposição da figura do presidente do CPP com fotos suas na capa da Revista do Professor (n. 67 e 68), numa das quais estava ao lado do governador durante a assinatura da referida lei. A proximidade com autoridades do governo também era registrada mediante a cobertura de eventos oficiais e de homenagens a sua pessoa [...]. Por outro lado, uma matéria fartamente ilustrada sobre o seu encontro com uma comissão de professores e alunos das escolas de surdos, incluindo uma foto sua abraçando um aluno, procurava mostrar os vínculos que mantinha com a categoria e as suas realizações no comando do ensino paulista [...] [Vicentini, 1997, p. 181].

O conteúdo dessas fotos permite imaginar que a idéia de representação política dos professores como uma forma de aproximá-los das instâncias de decisão no poder público ainda tinha apelo, uma vez que o

trânsito de Sólton Borges dos Reis nas altas esferas políticas estaduais era evidenciado – ao mesmo tempo o potencial caráter negativo dessa proximidade (Sólton como político e, portanto, oportunista, traidor dos valores desinteressados dos docentes) era amenizado/neutralizado por sua proximidade dos professores e a vivência das agruras da profissão.

Uma única vez a menção ao processo eleitoral aparece na *Revista do Professor*, num editorial escrito pelo próprio Sólton solicitando apoio para a sua reeleição em 1962, a qual representaria uma “oportunidade para o magistério demonstrar que não era ‘uma classe desunida’” (Vicentini, 1997, p. 182). O grande número do magistério, que sempre era usado contra o atendimento de suas reivindicações, passaria a ser uma arma a seu favor – tanto no plano eleitoral como nas grandes mobilizações que se deram a partir de 1958 para tornar públicas as reivindicações do magistério.

Falta agora que o professorado se afirme como uma força política respeitável, que pese na balança das eleições. Para mostrar à opinião pública, aos partidos políticos e aos governos que nós somos realmente uma grande expressão eleitoral e que exigimos, por isso também, a atenção e o respeito que recebem todas as poderosas correntes de opinião, numa democracia verdadeira. O 7 de outubro está aí. É uma grande oportunidade que os professores têm para mostrar a união da classe, fazendo sentir que nós somos realmente uma força. Precisamos ser uma força, pois ainda temos trabalho e luta pela frente. Os interesses do ensino e as reivindicações do magistério ainda vão exigir de nós muito trabalho e muita luta. Para vencer, é preciso que tenhamos força. As próximas eleições mostrarão se somos ou não uma classe unida, e a nossa responsabilidade é muito grande por isso. Mas temos a certeza de que, mais uma vez, os professores vão responder ‘presente’. E todos ficarão sabendo, de uma vez para sempre, que os professores de São Paulo formam uma classe unida, que está disposta a cumprir a sua missão social de defender a democracia no Brasil [Reis apud Vicentini, 1997, p. 182].

Esse texto vincula duas idéias fundamentais para a eleição do candidato dos professores paulistas – por um lado, a obtenção de “atenção” e “respeito” por parte das autoridades, que era uma reivindicação antiga

da categoria, sempre desejosa de ver socialmente reconhecida a importância de sua função. Por outro lado, a eleição de Sólon Borges dos Reis seria um gesto dos professores em defesa da democracia brasileira, manifestação do desinteresse e altruísmo próprios da categoria profissional – pode-se identificar aí, portanto, uma associação de representações que equilibra o “interesse” por reconhecimento social com o “desinteresse” da missão de defesa da democracia que se adequa notavelmente às características do *habitus* professoral.

O surgimento do jornal *O professor* em 1964 permite verificar com mais detalhe a consolidação dessa imagem e as transformações que as mudanças das condições objetivas do campo educacional vão lhe impondo, uma vez que tanto a cobertura fotográfica como os textos de publicidade mais ou menos sutil surgem com maior frequência. A sucessiva exposição das fotos de Sólon nos braços da multidão de professores ou discursando para a massa, bem como a enumeração de suas “conquistas” para o professorado como parlamentar e a freqüente exposição de seus dados biográficos, permite identificá-lo com um tipo de liderança populista, segundo os elementos apresentados por Weffort (1989). Desse modo, temos a massa de professores (especialmente entre 1964 e 1968, nas grandes manifestações de rua) sob o comando do “líder incontestado do professorado”, que incorpora e representa seus anseios:

[...] Sólon vivamente aclamado – terminada a votação, os professores não arredaram o pé, da Assembléia. Só que agora concentravam-se no saguão [...] à espera do prof. Sólon que não tardou a aparecer. Verdadeiro carnaval de alegria contagiou todo mundo. Os professores aplaudiram delirantemente o seu líder, por mais esta vitória espetacular em favor do professorado primário [*O professor*, n. 1, p. 11].

Essa relação, profundamente política, não aparece como tal – permanece obscurecida pela identificação pessoal entre cada professor e o líder, identificação essa que parece dever-se a uma qualidade intrínseca do mesmo, ou seja, ao seu “carisma pessoal”. Os elementos que compõem essa “misteriosa propriedade objetiva da pessoa”, nas palavras de

Bourdieu, visam a dissimular o poder que a relação de representação confere ao líder, de modo que este apareça como pura e simples expressão dos desejos daqueles que representa. É importante observar que não se trata aqui das “intenções” do presidente do CPP e sim do modo como o discurso a respeito dele se articula para legitimá-lo. O seguinte excerto de Bourdieu contribui para esclarecer o sentido do que pretendo dizer:

De fato, não se trata de sair da representação ingênua do mandatário devotado, do militante desinteressado, do dirigente cheio de abnegação, para cair na visão cínica do mandatário como usurpador consciente e organizado [...] A impostura legítima só é bem-sucedida porque o usurpador não é um calculador cínico que engana conscientemente o povo, mas alguém que com toda a boa-fé considera-se uma coisa diferente da que ele é [...] em muitos casos os interesses do mandatário e os interesses dos mandantes coincidem em grande parte, de modo que o mandatário pode acreditar e fazer com que acreditem que ele não possui interesses à margem dos interesses de seus mandantes [Bourdieu, 1990, p. 200].

As qualidades atribuídas a Sólton Borges dos Reis pelo periódico são basicamente as mesmas utilizadas para descrever os demais dirigentes do CPP: experiência, dinamismo, cultura, honestidade etc. No entanto, somente o perfil do presidente da entidade reúne todas as qualidades desejáveis para o líder do professorado: professor e administrador experiente, honesto, corajoso, independente, culto e outros mais. Veja-se, por exemplo, o seguinte excerto, publicado em novembro de 1978 no *Jornal dos Professores*, para apresentar alguns dados biográficos do presidente da entidade:

Honestidade: Deputado de mãos limpas e cabeça erguida, demonstrou sempre caráter e dignidade em todos os episódios e posições em sua vida [...] *Um homem responsável e que resolve:* Conhecido no ensino e fora dele pela extraordinária capacidade de trabalho [...] Enfrentando e vencendo os maiores desafios, tem resolvido as questões mais difíceis. *Independência:* [...] Fora do governo, nunca cortejou nem temeu o poder. Rompeu com três governos, por causa dos professores ou por discordar dos métodos políticos.[...] *Espíri-*

to público: [...] É um dos homens públicos mais sacrificados pelo seu senso de responsabilidade. Com tantas oportunidades que já teve, servindo tanto e a todos, não reivindicou nada para si. Quando deixar o Legislativo, só tem um cargo para assumir: o de professor de Educação, que conseguiu por concurso de títulos e provas, quinze anos antes de ser deputado pela primeira vez [*Jornal do Professor*, n. 154, nov. de 1978, grifos do original].

Características importantes a serem ressaltadas nesse excerto são, em primeiro lugar, o *desinteresse* do líder que se dedicou a lutar para obter benefícios para os demais, e que, findo seu mandato, retornará a seu modesto ofício original. Destacam-se nas biografias do líder o grande número de atividades a que tem se dedicado: poesia, literatura, jornalismo, direito – essa diversidade de talentos aparece como a comprovar a excepcionalidade daquele que tem centrado seus esforços na área educacional, ou seja, essa figura admirável, portadora de tantas qualidades, é, afinal de tudo, um simples professor. E, nessa condição, não esquece sua origem e compreende as dificuldades de *todos* os professores, afinal exerceu “*todos os postos docentes e administrativos de 1º e 2º graus*”, além de lecionar no ensino superior. Segundo o *Jornal do Professor* de abril de 1980 (n. 168, p. 5):

O presidente, como todos ou quase todos os demais dirigentes do CPP, começou sua vida de professor exercendo as funções de substituto efetivo, antes de ingressar no magistério por concurso. Conhecem eles todos, por isso, como ninguém, e por experiência própria, a problemática dos colegas agora chamados de estagiários e que enfrentam, hoje, situação muito difícil.

O periódico do CPP publica freqüentemente testemunhos de professores comuns: associados agradecidos por alguma conquista salarial ou funcional, bem como expressões de apoio e admiração ao líder. Tais manifestações de apoio passam a ser especialmente bem-vindas depois de 1968, quando as grandes passeatas não puderam mais ser realizadas devido ao recrudescimento da repressão do regime militar. Nesse sentido, em dezembro de 1972 encontramos um longo texto em *O Professor*, (n. 42, p. 5), intitulado “Ajudando escolas e semeando livros: presiden-

te do CPP é patrono de biblioteca”, que relata a solenidade de inauguração da biblioteca do Grupo Escolar “Orestes Guimarães”. O discurso contendo o elogio dos professores ao deputado Sólon Borges dos Reis reproduz as qualidades continuamente enfatizadas pelo periódico do CPP:

Tentaremos fazer um pálido esboço da vida desse homem público. Professor primário, era já apaixonado por assuntos da educação. Fez o curso de Pedagogia na Universidade de São Paulo. Exerceu o magistério nos três níveis de ensino, o que afasta qualquer dúvida sobre sua vivência dos problemas da educação. De teóricos da educação o ‘mercado’ está saturado.

Os cargos que ocupou como administrador do sistema de ensino, tanto por concurso como os cargos de confiança são enumerados, para dizer: “Teremos então este líder incontestado, este político honesto, este administrador competente que teve seus inquestionáveis méritos reconhecidos não só pelo governo brasileiro como também por governantes estrangeiros dos quais foi convidado especial”. A imagem extensamente cultivada de Sólon Borges dos Reis torna-se, de certo modo, mítica: ele simboliza o professor ideal, uma espécie de parâmetro no qual todos podem se reconhecer. Muitas vezes, num efeito de metonímia, análogo ao assinalado por Pierre Bourdieu (1990) em sua análise do fetichismo político, Sólon Borges dos Reis é tomado pela entidade que representa, como pode-se ver no seguinte excerto:

A seu respeito, disse o prof. Paulo Nathanael Pereira de Souza: “... a figura do deputado Sólon Borges dos Reis que, mais do que o professor, tornou-se o símbolo do professorado na luta que esta classe empreende permanentemente na defesa dos seus interesses. Conhecedor de Educação como poucos, portador de um prestígio de liderança raramente encontrado, é nele que eu quero depositar o meu aplauso para que, através dele, esse aplauso se reparta pela entidade e por todo o magistério” [*O Professor*, n. 80, p. 8].

Encontramos ainda as palavras de José Ramos de Brito:

Nestes anos todos a história da luta de nossa classe se confunde com a história do Centro do Professorado Paulista, e com ele, a do Prof. Sólon Borges dos Reis, quer como presidente, quer quando exerceu a deputação estadual durante cinco mandatos, quer como deputado federal [...] Sólon não é somente um homem político, na expressão bela da palavra, como orientador e intérprete das aspirações populares, mas, [...] poeta, escritor, professor e advogado [*Jornal dos Professores*, n. 247, ago./set. de 1990, p. 12].

Bourdieu assinala o caráter paradoxal dessa situação, “quando o grupo só pode existir pela delegação a uma pessoa singular [...] habilitada a agir como pessoa moral, isto é, como substituto do grupo” (1990, p. 189). Estabelece-se uma relação circular, em que a base do poder do representante é o grupo que o escolheu e esse grupo, por sua vez, só passa a existir simbolicamente a partir do momento em que passa a ter um representante.

Essa relação entre associados e líder estabeleceu-se muito eficazmente no caso do CPP, sendo alimentada pelo inegável impulso que a presidência de Sólon Borges dos Reis deu à entidade. Não é gratuita, portanto, a menção, nos artigos laudatórios, ao crescimento do patrimônio do CPP e à visibilidade que este passou a ter (e com ele o magistério primário):

colocou essa entidade de classe [o CPP] na vanguarda do prestígio moral e social e ampliou extraordinariamente o patrimônio material do CPP. Mobilizou o professorado paulista em dimensões até então desconhecidas no País, com memoráveis campanhas democráticas a serviço do ensino e do magistério, que lhe devem importantíssimas conquistas em matéria de vencimentos e direitos [*O Professor*, n.80, p. 8, nov. de 1974].

Ainda há alguns episódios que são recorrentes no discurso do jornal do CPP – constantemente rememorados com intuito de exibir a independência desse parlamentar que, muito embora fizesse o jogo político (para beneficiar os professores), não se deixava conspurcar pelas “seduções corruptoras do poder”. Esses relatos tornam-se mais frequentes a partir de 1979, quando as acusações de “peleguismo” contra Sólon Borges dos Reis parecem motivar uma seção intitulada “Fatos falam mais do

que palavras: passando o espanador na memória”, na qual se lembra ao professorado o papel fundamental desse líder nas lutas passadas do magistério.

Essa tentativa de recuperar o prestígio de Sólon Borges dos Reis ocorre num momento de polarização do campo educacional, quando uma nova representação a respeito da profissão docente se impõe como legítima, em detrimento dos valores representados por Sólon e pelo CPP. Ganha espaço, no contexto da redemocratização política do país e numa situação econômica e institucional muito diferente daquela em que a imagem de Sólon surgiu e se consolidou, a representação do “professor como trabalhador” e do “Estado como patrão” que coloca de forma direta a relação entre o serviço prestado pelos docentes e sua remuneração, deixando em segundo plano as características “morais” que estruturavam os modos anteriores de conceber a profissão. Sólon Borges dos Reis passa a ser considerado um “traidor” da causa dos professores e um líder antidemocrático, não obtendo a reeleição para deputado estadual em 1979. Esse fato levou à retomada, no periódico do CPP, do discurso corporativo do “representante da classe”, muito presente nos primeiros anos do CPP, em termos bastante explícitos, como se vê no seguinte excerto de Pedro Castilho Fernandes:

Mesmo ausente da Assembléia Legislativa, e longe da Câmara Federal, para a qual não foi eleito apesar dos quase 30 mil votos obtidos em 1978, o Prof. SOLON, nestes últimos e sofridos anos, não abandonou a trincheira de combate aos demagogos e carrascos do magistério [...] devemos dar ao Prof. SOLON BORGES DOS REIS o mandato que precisa ter para que seja repostado tudo aquilo que nos foi tirado pela demagogia e pela insensibilidade da política atual [“Uma tribuna para Sólon”, *Jornal dos Professores*, n. 188, set. de 1982, p. 4].

“Professores nos Parlamentos”, de Milton de Oliveira, é outro exemplo nesse sentido: o autor inicia explicitando as razões pelas quais os professores devem eleger representantes da categoria nos níveis municipal, estadual e federal e especialmente esse último, visto que se tratava de eleger os deputados que formariam a Assembléia Constituinte.

contando com representantes da classe nos diversos parlamentos, tudo fica mais fácil para o atendimento às reivindicações da categoria e na feitura de leis de interesse do magistério [...] Não podemos esquecer que quando tivemos um representante na Assembléia Legislativa, as coisas, embora de difícil solução, sempre ficaram mais fáceis e os problemas eram contornados. E foi durante o tempo que contamos com esse deputado estadual que, através de seu trabalho, o magistério de São Paulo obteve muitas de suas melhores conquistas [*Jornal dos Professores*, n. 211, set. de 1985, p. 12].

Como se vê, a cada eleição surgiam artigos explicando aos associados do CPP porque deveriam votar em um candidato dos professores e as razões que faziam de Sólon Borges dos Reis a melhor escolha. A esse respeito, o artigo “*Antes: Professor não votava em professor; Agora: Os professores votarão em professores*”, de Maria Alice Bicudo Soares é exemplar e por isso me permito citá-lo extensamente:

Historicamente, professor não tem votado em professor [...] não basta que o candidato tenha um diploma de professor. Não! Ele tem que ter compromissos com o magistério e com a educação e já ter provado isso pela sua história de vida e nós precisamos saber onde esteve e o que fez o candidato, nos últimos anos [...] Vamos ser corporativistas, neste momento! Este corporativismo é sadio! Ele visa a melhoria da educação de nossas crianças e de nossos jovens através do resgate da qualidade do ensino público e da dignidade dos professores da rede pública. Este corporativismo que visa a tirar a nossa juventude da situação em que se encontra, hoje, vítima que é do descaso dos governos [...] Professor, este ano é fácil votar em professor! Temos a felicidade de contar, em nossa categoria, com o candidato mais capacitado e mais comprometido com a educação em nosso Estado, talvez do País. Trata-se do Professor Sólon Borges dos Reis [...] Teremos, com sua reeleição, a certeza de que demos nosso voto a alguém que, como nós, no início de sua carreira no magistério comeu poeira de estrada como professor de escola rural, que sofreu o que todos nós sofremos, ocupando todos os seus cargos, que conhece profundamente as especificidades da carreira do magistério, que nunca esqueceu o que é ser professor, que sempre lutou e suou a camisa em defesa dos professores, mesmo durante o período da ditadura militar, quando

fazer isso era muito mais difícil e que já defendia a escola pública e os professores quando eu e muitos outros, que hoje até se dizem candidatos dos professores, ainda freqüentávamos os bancos da escola primária [*Jornal dos Professores*, n. 247, ago./set. de 1990, p. 3].

É importante ressaltar que na década de 1980 a candidatura de Sólon Borges dos Reis passa a ser acompanhada pela apresentação dos nomes de sócios do CPP também candidatos a cargos eletivos. Continua a não haver menção a partidos políticos nas páginas do jornal, à semelhança dos primeiros investimentos eleitorais da entidade na década de 1930 – os candidatos das mais variadas tendências tiveram sua foto e seu número para a votação apresentados. A distinção entre os candidatos faz-se por meio do espaço que lhes é concedido no periódico: Sólon Borges dos Reis é continuamente tema de artigos e tem sua biografia extensamente apresentada.

A ausência de relação entre as candidaturas e a política partidária nas páginas do periódico do CPP pode ser justificada pelo caráter populista da liderança de Sólon Borges dos Reis, pois, como é indicado por Weffort, uma das principais marcas do populismo é o fato de que elude o aspecto político da relação entre o líder e as massas, levando cada indivíduo a identificar-se isoladamente com o líder, daí o caráter de “personalismo” que o caracteriza. Essa característica do populismo combina-se com a “neutralidade” pretendida pelo CPP desde sua fundação, que leva a associação a enfatizar os aspectos profissionais – o que importa é o fato de o candidato ser professor, colocando em segundo plano sua opção política. Particularmente quanto a Sólon Borges dos Reis, é possível considerar se a pouca expressão do PDC, partido a que esteve filiado até 1965, quando da instauração do bipartidarismo, não teria contribuído para esse “ocultamento” das relações políticas, o mesmo podendo-se dizer da legenda a que pertence atualmente, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que tampouco tem grande expressão, em São Paulo. No que se refere ao segundo partido a que esteve filiado, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), essa somente era mencionada para ressaltar a independência de Sólon, dizendo algo assim como: “Sólon, mesmo pertencendo ao partido da situação não apoia o governo

quando este prejudica os professores”. Um exemplo interessante é a eleição de 1974, quando, eufórico, *O Professor* anunciava: “Povo reelege deputado – Sólon eleito pela 5ª vez”.

A extraordinária votação obtida pelo conhecido educador e homem público impressionou os meios políticos do Estado, por ter sido recebida na mais difícil das eleições que já tivemos, em que a esmagadora maioria do eleitorado se recusava a votar em candidatos da situação, por melhores que fossem [...] e preferiu votar na oposição, mesmo sem se fixar em qualquer nome de candidatos, mas apenas na legenda oposicionista [n. 81, p. 4].

A análise das formas de participação política dos professores primários no Brasil revela, antes de mais nada, o desconforto desses professores com o cálculo explícito e a publicidade que são próprios da esfera política – duas características que chocam frontalmente a matriz de disposições individuais socialmente gerada por essa forma de trabalho (*habitus* professoral). Em outras palavras, o “modo de ser professor”, incorporado durante a passagem pelas instâncias de formação (seja a escola normal ou a prática, no caso dos leigos) e pelos anos de atividade nas escolas, acaba por conformar as estratégias de participação política da categoria³.

O que constitui esse modo de “ser professor” aparece, de forma sintetizada, na representação do professor ideal, aquele que expressa as qualidades da imagem pública da categoria. A vivência do cotidiano da profissão é valor fundamental – há uma exigência quanto à prática que serve para localizar o candidato do lado dos professores primários, ou seja, daqueles que *não* são “teóricos” da educação⁴. Observe-se, portanto, que a distância necessária com relação às práticas políticas tradicionais (a “neutralidade”) não se justificava sempre pelo conhecimento

3. O mesmo se dá com as formas associativas e para reivindicação salarial.

4. A respeito dessa oposição entre teoria e prática e sua correspondência com a situação objetiva do campo educacional nas décadas de 1950 a 1970, ver Lugli, 2002.

especializado (teórico) que se supunha condição para tratar do ensino – muitas vezes a questão que incomodava deveras os professores era a inexistência de regras claras (ou que fossem cumpridas de fato) para a vida profissional – como exemplo, as denúncias de remoções sem concurso, por apadrinhamento, são freqüentes. Os professores primários devem defender-se, portanto, de dois grupos: os “teóricos” e os “políticos”. Nesse sentido, chama a atenção a capacidade de mobilizar conteúdos desses grupos “a evitar” que foi realizada por Sólon Borges dos Reis, sem que isso significasse a “traição” aos valores docentes. A apropriação do discurso populista, que permite se distanciar dos partidos e das formas políticas tradicionais, seguramente teve um papel nesse processo. No entanto, também se pode indicar como parte de uma explicação possível para o sucesso de Sólon Borges dos Reis, fatores simbólicos ligados às dimensões do gênero e da religiosidade – afinal, a caracterização que dele é feita, como o homem que salvará/redimirá o magistério tão vilipendiado, tem um apelo ao mesmo tempo romântico e religioso⁵.

As origens religiosas da profissão se fazem sentir, embora indiretamente, na necessidade de despreendimento e espírito de sacrifício que é uma das marcas desse ideal de professor – essa característica também reflete, de certa forma, as condições da prática: a carreira que se iniciava sempre nas “piores” escolas e a precariedade do trabalho (com relação a um modelo escolanovista). Esse valor de despreendimento não tem como consequência direta, como se tem assinalado, a falta de reclamos salariais e sim uma forma oblíqua de reivindicar melhor pagamento: esse deveria equivaler à importância da função, à sua nobreza, pois somente alguém muito vocacionado para o magistério permaneceria num trabalho tão sacrificado. Trata-se, na verdade, de um grupo de “eleitos”, que garantia o progresso da nação e a democracia – qual o pagamento adequado para um serviço de natureza tão sublime?

5. Há uma série de charges no *Jornal dos Professores* que caracteriza Sólon Borges dos Reis como um cavaleiro medieval – o tema, embora pretendesse ser humorístico, não destoa do conteúdo do periódico e mesmo o sintetiza, no que se refere à figura do presidente da entidade (Lugli, 1997).

Em que medida o *habitus* professoral deve suas características a outros *habitus*, como os de origem social ou de gênero pode ser apenas visualizado – seguramente as características de afetividade e modéstia evidenciadas nas fontes vinculam-se a aspectos de gênero, o que contribui para a compreensão tanto das razões do sucesso de Sólton Borges dos Reis no plano eleitoral como dos relativos fracassos de Maria Elisa Viegas de Medeiros e Raydalva Bittencourt. Deve-se observar, no entanto, que não se trata apenas de considerar os esquemas de percepção e ação dos agentes – o capital simbólico (social, escolar e educacional) de que dispõem para participar das disputas eleitorais também influi nos processos aqui descritos e a menção reiterada no jornal do CPP aos vários diplomas do grande líder expressa bem essa dimensão do cálculo de possibilidades de “lucro simbólico”. Também se pode observar aí o fenômeno da “conversão” de capital simbólico que se pretendia operar de outros campos para o educacional. De modo semelhante, a trajetória de Maria Elisa Viegas de Medeiros na alta hierarquia do ensino pernambucano evidencia a posse de um capital considerável naquele meio, advindo tanto da posse de diplomas como possivelmente de suas origens sociais.

Combinam-se no processo de construção das representações profissionais do professor durante o período examinado um conjunto diversificado de elementos que a noção de *habitus* permite articular: a mudança nas condições objetivas de trabalho e de formação docente, a delimitação do campo da política partidária e os novos modelos de escola e de docência que se propunham como desejáveis. Esses fatores contribuem para a produção de representações, mediadas pelas associações docentes, nas quais os professores podiam se reconhecer e às quais poderiam reconhecer eleitoralmente, sempre que o campo político e a força do *habitus* o permitisse.

Referências bibliográficas

ATAS DE REUNIÃO DE DIRETORIA (1954-1958). Salvador, Sociedade Unificadora do Professorado Primário.

BOURDIEU, P. (1990). *Coisas ditas*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense.

CATANI, D. B. (1989). *Educadores à meia luz – um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo.

CHARTIER, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL.

COSTA, M. C. V. (1986). *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto Alegre: Ed. Sulina.

JORNAL DO PROFESSOR (1955-1958). Recife: Centro do Professorado Primário de Pernambuco.

JORNAL DOS PROFESSORES (1975-em publicação). São Paulo: Centro do Professorado Paulista.

LUGLI, R. S. G. (1997). *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista) e o movimento de organização dos professores (1964-1990)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo.

_____. (2002). *O trabalho docente no Brasil: os discursos dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais e das entidades representativas do magistério (1950-1971)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo.

O PROFESSOR (1964-1975). São Paulo: Centro do Professorado Paulista.

REVISTA DO PROFESSOR (1934-1965). São Paulo: Centro do Professorado Paulista.

VICENTINI, P. P. (1997). *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista): profissão docente e organização do magistério (1930-1964)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo.

_____. (2002). *Imagens e representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-1963)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo.

WEFFORT, F. (1989). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Recebido: 7 de out. de 2004

Aprovado: 2 de maio de 2005

Modificado: 18 de maio de 2005